



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna  
[www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) – 49 3551 4700

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 008/2018 – PML  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2018 – PML  
Processo Administrativo nº 004/2018- PML**

O **MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MOISÉS DIERSMANN**, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, de ora em diante denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA – ADR**, inscrita no CNPJ sob o n. 86.874.989/0001-88, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, no município de Luzerna/SC, representada por **ARI ALLAN BALLER**, brasileiro, maior e capaz, casado, agricultor, inscrito no CPF/MF sob o nº 596.837.409-87, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 1.884.745, de ora em diante denominado **ENTIDADE**, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

- 1.1. Este Termo de Colaboração, decorrente do Chamamento Público 002/2018, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, destinada a seleção de 1 (uma) proposta para a consecução de atividades do Programa Plante Mais, instituído pelo Município de Luzerna/SC para operacionalizar o trabalho do agricultor no campo, mediante a realização do projeto “Aprimoramento do Programa Plante Mais”, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo.
- 1.2. O objeto deste Termo de Colaboração não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- 2.1. Compreende obrigações da Administração Pública:
  - 2.1.1. Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;
  - 2.1.2. Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Colaboração;
  - 2.1.3. Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
  - 2.1.4. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
  - 2.1.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
    - 2.1.6. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
    - 2.1.7. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna  
[www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) – 49 3551 4700

- 2.1.8. Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;
- 2.1.9. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração;
- 2.1.10. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.
- 2.1.11. Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;
- 2.1.12. Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;
- 2.1.13. A Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- 2.1.14. Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

- 3.1. São obrigações da Organização da Sociedade Civil:
- 3.2. Informar ao Município de Luzerna todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;
- 3.3. Divulgar, em meio de publicação oficial da organização, a parceria celebrada com a Administração Pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
  - 3.3.1. Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Administração Pública responsável;
  - 3.3.2. Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;
  - 3.3.3. Descrição do objeto da parceria;
  - 3.3.4. Valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
  - 3.3.5. Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentado, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;
  - 3.3.6. Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
  - 3.3.7. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
  - 3.3.8. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;
  - 3.3.9. A prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou, no caso de a parceria exceder um ano, no final de cada exercício; manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna  
[www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) – 49 3551 4700

**CLÁUSULA QUARTA  
DA FISCALIZAÇÃO**

- 4.1. O Gestor deste Termo de Colaboração é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.
- 4.2. Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.
- 4.3. São obrigações do Gestor:
- 4.3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- 4.3.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- 4.3.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;
- 4.3.4. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação
- 4.3.5. Comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.
- 4.4. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:
- 4.4.1. Retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;
- 4.4.2. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

**CLÁUSULA QUINTA  
DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

- 5.1. Este Termo de Colaboração terá vigência de **12 (doze) meses, contados a partir de 01 de julho de 2018**, conforme plano de trabalho, podendo ser prorrogada, para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo ou ajuste, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.
- 5.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

**CLÁUSULA SEXTA  
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna  
[www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) – 49 3551 4700

6.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Colaboração estão programados em dotação orçamentária própria, obedecendo à disponibilidade do orçamento previsto e aprovado na forma da Lei para o exercício de 2018:

**Ação (s):** 04.002.20.606.0401.2422 – Programa Melhoria da Propriedade Rural e Programa Plante Mais

**GND – Modalidade de Aplicação (s):** 3.3.50. Outras despesas correntes – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

**Fonte (s):** 000 – Recursos Ordinários

### CLÁUSULA SÉTIMA

#### DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1. Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Colaboração correspondem ao valor global de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pagos de forma parcelada, no decorrer da parceria, em conformidade cronograma de desembolso, apresentado no plano de trabalho:

PARCELAS	RECURSO (R\$)	CRONOGRAMA DE PAG.
1	5.000,00	31/07/2018
2	6.000,00	31/08/2018
3	10.000,00	30/09/2018
4	10.000,00	31/10/2018
5	10.000,00	30/11/2018
6	6.000,00	31/12/2018
7	8.000,00	31/01/2019
8	10.000,00	28/02/2019
9	12.000,00	31/03/2019
10	10.000,00	30/04/2019
11	8.000,00	31/05/2019
12	5.000,00	30/06/2019

7.2. Os recursos financeiros serão transferidos em parceladamente na forma proposta no plano de trabalho aprovado e selecionado.

### CLÁUSULA OITAVA

#### DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

8.1. O repasse dos recursos está condicionado à **regularidade fiscal, previdenciária, tributária do proponente selecionado.**

8.1.1. A OSC selecionada que apresentar pendências quanto aos quesitos mencionados no item 8.1 terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento de notificação, para sua regularização.

8.2. A não resolução das pendências, em conformidade com o item 8.1.1, acarretará na perda de direito ao recebimento dos recursos.

8.3. O repasse dos recursos será realizado em conta corrente específica para a movimentação dos valores recebidos pela OSC, no âmbito da parceria com o Município de Luzerna/SC.

8.4. A abertura da conta corrente supracitada é de responsabilidade do proponente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna  
[www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) – 49 3551 4700

- 8.5. Após assinatura do Termo, o proponente terá até **10 (dez) dias** para informar os dados bancários ao Município.
- 8.6. É VEDADO O PAGAMENTO DE DESPESAS BANCÁRIAS, TAIS COMO TAXAS E TARIFAS DIVERSAS, COM RECURSOS ORIUNDOS DESSE CHAMAMENTO PÚBLICO.**
- 8.7. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- 8.8. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.**
- 8.9. A liberação de recursos financeiros deverá obedecer ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho e guardar consonância com as fases ou etapas da execução do objeto da parceria.

**CLÁUSULA NONA  
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 9.1. As contas deverão ser prestadas conforme disposto no Termo de Colaboração e em consonância com a Lei Federal n. 13.019/2014 e regras da IN TC 14/12, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
- 9.2. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados obtidos, até o período de que trata a prestação de contas.
- 9.2.1. É facultado ao gestor da parceria promover diligências destinadas a esclarecer ou confirmar as informações prestadas pelos profissionais ou, ainda solicitar documentos complementares aos mencionados neste Chamamento Público.
- 9.3. A OSC deverá apresentar o relatório de contas **parcial** da boa e regular aplicação dos recursos, no prazo de até **30 (trinta) dias** a contar do recebimento da **6ª (sexta) parcela**, ficando a liberação das demais parcelas vinculadas a prestação de contas **semestral**.
- 9.4. A Prestação de Contas final/total deverá ser apresentada no prazo de até **90 (noventa) dias** a partir do término da vigência da parceria, conforme art. 69 da Lei 13.019/14.
- 9.4.1. O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.
- 9.4.2. O disposto não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto
- 9.5. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
- 9.5.1. Relatório de execução do objeto**, elaborado pela OSC, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.
- 9.6.2. **Relatório de execução financeira** do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
- 9.6.3. O relatório de execução do objeto deverá conter:**
- 9.6.3.1. Listagem dos agricultores atendidos: conteúdo nome completo; local da prestação dos serviços; CPF do agricultor; horas trabalhadas na propriedade,



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna  
[www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) – 49 3551 4700

**9.6.3.2. Registro dos resultados em fotos e/ou vídeos e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.**

- 9.7. O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
- 9.7.1. Extrato da conta bancária específica;
- 9.8.2. Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;
- 9.8.3. Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- 9.8.4. Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes.
- 9.9. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados
- 9.10. A Administração Pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
- 9.10.1. Relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;
- 9.10.2. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.
- 9.11. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:
- 9.11.1. Aprovação da prestação de contas;
- 9.11.2. Aprovação da prestação de contas com ressalvas;
- 9.11.3. Rejeição da prestação de contas; e
- 9.11.4. Aprovação da prestação de contas com ressalvas imediata instauração da tomada de contas especial.
- 9.12. As prestações de contas serão avaliadas:
- 9.12.1. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- 9.12.2. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- 9.12.3. Irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:
- 9.12.3.1. Omissão no dever de prestar contas;
- 9.12.3.2. Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- 9.12.3.3. Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- 9.12.3.4. Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
- 9.13. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.
- 9.14. O prazo referido no item 9.13 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna  
[www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) – 49 3551 4700

- 9.15. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
- 9.16. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

**CLÁUSULA DÉCIMA  
DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

- 10.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA  
DOS BENS**

- 11.1. Para os fins deste Termo de Colaboração, os bens disponibilizados para a parceria, sem ônus, correspondem:

<b>HORA MÁQUINA</b>	<b><u>VALOR MUNICÍPIO</u></b>	<b>VALOR OSC</b>	<b>VALOR TOTAL DA HORA MÁQUINA</b>
SILAGEM	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 95,00	R\$ 115,00
FENAÇÃO	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 75,00	R\$ 95,00
PLANTIO DE MILHO	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 95,00	R\$ 115,00
PLANTIO DE PASTO	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 75,00	R\$ 95,00
DISTRIBUIÇÃO DE CAMA DE AVES	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 75,00	R\$ 95,00
DISTRIBUIÇÃO DE DEJETOS	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 75,00	R\$ 95,00
DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 75,00	R\$ 95,00
CARETINHA PARA O TRANSPORTE DE SILAGEM	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 75,00	R\$ 95,00
CAMINHÃO PIPA	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 65,00	R\$ 85,00
GRADE ARADORA	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 95,00	R\$ 115,00
RETROESCAVADEIRA	<b><u>R\$ 20,00</u></b>	R\$ 110,00	R\$ 130,00

- 11.1.1. A OSC está ciente que deverá devolver os equipamentos ou maquinários para desenvolvimento das atividades ou obrigações do Município a devolução de forma imediata, se assim requisitado.
- 11.1.2. Cabe a OSC as obrigações acessórias inerentes aos equipamentos maquinários e veículos, tais como pagamento de seguro obrigatório e taxa de licenciamento, bem como despesas de manutenção (troca de óleo, filtros, ...), substituição de peças, troca de pneus, e toda e qualquer outra despesa necessária ao funcionamento e manutenção dos bens.
- 11.1.3. Com a conclusão da parceria os bens disponibilizados retornam ao Município, não se incorporando ao patrimônio da OSC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna  
[www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) – 49 3551 4700

- 11.2.** A OSC será ainda, disponibilizado 1 (uma) sala de 13 m<sup>2</sup> para o desenvolvimento das atividades objeto deste Termo de Colaboração, ficando a cargo da OSC sua manutenção, salvo energia elétrica e internet que ficaram a cargo do Município.
- 11.2.1.** Com a conclusão da parceria a sala, também deverá retornar ao Município, ou seja, não se incorpora ao patrimônio da OSC.
- 11.3.** Caso de interesse do Município, os bens disponibilizados poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA  
DA RESCISÃO**

- 12.1.** O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.
- 12.2.** Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Colaboração, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.
- 12.3.** A inexecução total ou parcial deste Termo de Colaboração por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.
- 12.4.** É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA  
DAS SANÇÕES**

- 13.1.** Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:
- 13.1.1.** Advertência;
- 13.1.2.** Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- 13.1.3.** Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.1.2.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA  
DAS CONDIÇÕES GERAIS**





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna  
[www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) – 49 3551 4700

14.1. Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de Luzerna, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA  
DO FORO**

15.1. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Colaboração ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

15.2. Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Colaboração.

Luzerna/SC, 25 de junho de 2018.

**MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO DE LUZERNA  
MUNICÍPIO**

**ARI ALLAN BALLER  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA –ADR  
ENTIDADE**

**TESTEMUNHAS:**

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF: